

CartaCapital

07/12/2008

A conta de luz fica mais barata

ECONOMIA | *A redução das tarifas anima, mas não recupera a competitividade*

POR LUIZ ANTONIO CINTRA

Ao anunciar as novas regras para as concessões do setor elétrico, o governo Dilma Rousseff foi na direção reclamada por empresários, que há décadas pedem a redução do decantado custo-Brasil. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a energia elétrica no País custa 143% mais que nos outros BRICS, a despeito das variadas opções de fontes disponíveis. O impacto do corte anunciado sobre a economia como um todo ainda é incerto, dizem os especialistas. E de 2% a 4% a menos no custo total da indústria.

Para o setor industrial, a redução do preço chegará a 28%, com impacto considerável na estrutura de custos e na ampliação da sua capacidade de competir com os importados. As famílias, por sua vez, pagarão em média 16% menos, o que representará algum alívio no orçamento. E espera-se um impacto sobre os índices de inflação, de 0,7 ponto porcentual.

Alguns lances recentes em Brasília reforçam a impressão de que as nuvens no horizonte continuam a preocupar. Em exposição no Senado na quarta-feira 12, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, enfileirou as principais medidas anunciadas desde o ano passado para enfrentar a desaceleração da economia. A começar pelo corte nos juros (de 12,5% para 7,5% ao ano).

O BC também reduziu o compulsório de 449 bilhões para 380 bilhões de reais, entre dezembro de 2011 e agosto deste ano, ampliando a oferta de recursos disponíveis aos bancos. E usou as instituições financeiras públicas para pressionar os concorrentes privados a cobrar menos nos financiamentos.

Menos de 24 horas após a exposição de Tombini, o governo voltou à carga. Desta vez com a redução dos encargos trabalhistas para outros 25 setores, entre eles linha branca, têxteis, papel e celulose e transporte aéreo. Eles passarão a pagar o equivalente a 2% do faturamento ou mesmo 1%, como no caso das companhias aéreas, em vez de recolherem 20% sobre a folha de pagamento.

"Sem desmerecer as medidas anunciadas, que são importantes, o que mais me empolga no momento é a mudança de atitude do governo", diz Júlio Sérgio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica. "O mais difícil para enfrentar o custo-Brasil é a reforma tributária, e o governo preferiu agir pelas beiradas. Mas mudou de atitude em relação à infraestrutura, aos juros, ao dólar, à folha de pagamento e agora em relação à energia."

Além da perspectiva de redução da conta de luz, o economista destaca a desoneração da folha de pagamento como um instrumento que permitirá a isonomia tarifária em relação aos importados. E a decisão, também anunciada na quinta-feira 13, de permitir às empresas compradoras de máquinas e equipamentos até dezembro lançarem como custo 20% do investimento realizado anualmente, o dobro do permitido até então, o que na prática reduz o custo efetivo da ampliação da capacidade produtiva.

Especialista em macroeconomia, Luiz Fernando de Paula, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, considera relevante o corte prometido no custo da energia. Mas não decisivo para baixar o tal custo-Brasil. "O impacto não é desprezível, mas será significativo principalmente para os setores intensivos em eletricidade."

Mais promissoras, avalia o economista, é a "nova frente" de crescimento aberto pelo pacote de parcerias público-privadas em infraestrutura, ainda que não imediata. "Desde os anos 1970 o País não faz investimentos significativos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. E a degradação da estrutura existente é um item historicamente problemático e tem uma relação direta com os altos custos de produção no País. Mas aí não existem paliativos de curto prazo."